

BIBLIOGRÁFICA

Trabalhos jurídicos

Pelo Dr. ALBERTO CABRAL DA SILVA BASTOS
Of. Gráfica de Coimbra, 1950

O Sr. Dr. Alberto Cabral da Silva Bastos publica, sob o título genérico, e um tanto inexpressivo, de «Trabalhos jurídicos», uma colectânea dos seus escritos, redigidos no exercício das muitas e variadas funções judiciais que tem desempenhado, como Procurador da República, Presidente do Tribunal Administrativo, Auditor do Tribunal Militar e Juiz Suplente do Tribunal da Relação.

Como diz o próprio autor na sua «Explicação Prévia», trata-se de problemas curiosos a resolver, embora as contrariedade e dificuldades, incluindo a pressão dos prazos curtos para tudo se despachar e julgar, se viessem a reflectir na perfeição dos trabalhos apresentados.

Salvo esta última frase, devida a excessiva modéstia do autor, fica feita a síntese da obra, cuja análise detalhada é infelizmente impossível por falta de tempo e espaço, visto conter 41 capítulos, cada um consagrado a seu assunto, e a assuntos da maior diversidade, como sejam, por exemplo, a noção de indígenas em Cabo Verde», «a intenção nos crimes de injúria», «limites mínimos dos vencimentos dos magistrados», «nulidade no contrato de usura», «má fé nas acções de divórcio», «burla por arrendamento repetido», «embargos de executado», etc., etc.

Esta variedade e abundância se, por um lado, confirmam a cultura jurídica do autor e dão valor e utilidade prática à obra, por outro lado constituem, forçoso é dizê-lo, um defeito sério, pois não obedecendo as matérias a nenhuma ordem, nem mesmo à cronológica, a consulta do livro torna-se morosa e difícil. Houvesse uma sistematização ou um reportório alfabético, e seria duplicada a eficiência do volume, onde, pela indiscutível ciência, aliada a notável clareza de exposição, muito há a aprender.

A. P. C.

A gestão patrimonial na Administração Pública

Pelo Dr. JOAQUIM JOSÉ DE PAIVA CORREIA
— Ed. do autor, Lisboa, 1950

O autor, Licenciado em Direito e em Ciências Económicas, foi encarregado pelo Instituto de Alta Cultura de ir como bolsheiro à Itália, país cuja administração é considerada de uma técnica perfeita. Desta missão nos é dada conta neste

livro, onde, a par das instituições italianas, são estudadas as nossas, e sugeridas algumas modificações que permitiriam, mediante uma técnica modernizada, obter simultaneamente mais eficiência e maior economia. Daqui se vê a importância do trabalho a que nos referimos, ele próprio apresentado com uma cuidada sistematização, e dividido em 2 capítulos:

Gestão patrimonial: 1 — Património e Gestão patrimonial; 2 — A legitimidade e o mérito; 3 — O direito positivo italiano e português.

O sistema patrimonial: 4 — Sistema financeiro e patrimonial; 5 — Sistematização das contas patrimoniais; 6 — A conta geral do Património.

A. P. C.

Subsídios para a história da expropriação em Portugal

Pelo Dr. RIVERA MARTINS DE CARVALHO
Lisboa, 1951

Apesar de se tratar dum simples folheto e duma obra que ainda podemos considerar como escolar, visto ter sido preparada sendo o seu autor aluno do curso complementar da Faculdade de Direito de Lisboa, tem este trabalho uma importância histórica muito grande. Com efeito, o autor não só sustenta, mas demonstra, que, contra a opinião generalizada, o instituto da expropriação não é um dos efeitos dos princípios liberais vigentes no início do século XIX, como aliás pensavam os próprios juristas dessa época, mas sim uma antiga tradição portuguesa, remontando à primeira dinastia e cuja regulamentação se encontra já no «Código das 7 Partidas». Embora a manifestação desse instituto fosse então um tanto ou quanto esporádica, o autor prova indiscutivelmente a sua existência, numa forma condensada mas copiosamente documentada por legislação e doutrina, estas agrupadas no final, simpático método moderno que não quebra o interesse da leitura.

Depois desta excelente estreia, o Sr. Dr. Rivera Martins de Carvalho tem o dever de escrever a história da expropriação, tarefa difícil, mas para qual já demonstrou possuir habilitações e folego.

A. P. C.

El II Congreso Internacional de Defensa Social

Pelo Dr. PASCUAL MENEU
Separata da «Revista general de Legislacion
y Jurisprudencia»
— Instituto Editorial Reus, Madrid, 1950

O Dr. Pascual Meneu, advogado «del Ilustre Colegio de Valencia», publica um relatório do II Congreso Internacional de Defensa Social, que teve lugar em Liège nos dias 3 a 8 de Outubro de 1949, reunindo congressistas de 24 países.